



# Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro

Av. Júlio Campos, 172 – Centro – Novo Cruzeiro – MG CEP 39820-000  
Telefone (0xx33) 3533-1200 CNPJ nº 18.404.889/0001-38

## DECISÃO ADMINISTRATIVA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 024/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 006/2024**

**RECORRENTE: MAK SOLUTIONS SISTEMAS DE IMPRESSÃO LTDA**

### I – DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **MAK SOLUTIONS SISTEMAS DE IMPRESSÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 00.681.613/0001-31, questionando o Processo Administrativo nº 024/2024, mais precisamente no que se refere aos quantitativos de cada impressão, sendo elas preto e branco e ou coloridas.

Ainda em seu questionamento a empresa faz referência as cópias excedentes e a informação sobre os possíveis valores.

Como será demonstrado adiante, algumas das questões suscitadas pela empresa impugnante, são de impossível mensuração como no caso dos quantitativos das cópias coloridas e preto e branco.

Ao final a empresa solicita a que a impugnação seja acatada e que o edital seja retificado alterando as disposições contidas em seu questionamento.

É o relatório, em apartada síntese.

### II – DOS FUNDAMENTOS

Inicialmente cumpre ressaltar que em seus argumentos, na sua grande maioria a empresa impugnante se vale de leis que foram revogadas, não mais tendo validade no ordenamento jurídico, sendo assim não sendo possível aplicá-las ao caso concreto.

O cumprimento de uma lei revogada é uma violação direta ao princípio da legalidade, pois significaria impor obrigações ou sanções que não têm mais base legal. Isso gera insegurança jurídica e compromete a previsibilidade necessária para a



## **Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro**

Av. Júlio Campos, 172 – Centro – Novo Cruzeiro – MG CEP 39820-000

Telefone (0xx33) 3533-1200 CNPJ nº 18.404.889/0001-38

convivência social. Leis revogadas ainda que fossem aplicáveis, criam um ambiente de incerteza, onde as pessoas não saberiam quais normas estão em vigor. Isso desestabiliza a confiança no sistema jurídico e pode levar a injustiças.

Aplicar leis revogadas seria o mesmo que permitir a retroatividade prejudicial, pois estaria impondo restrições ou sanções que já não são consideradas justas ou adequadas pelo legislador. Sendo assim, a aplicação de leis revogadas contraria a intenção do legislador de substituir ou eliminar normas que já não refletem a realidade social ou os valores contemporâneos.

A jurisprudência tende a seguir o princípio da legalidade, reforçando que decisões judiciais devem se basear em leis vigentes. Seguir leis revogadas criaria precedentes inconsistentes e injustos.

O cumprimento dessas leis geraria complicações práticas, como a necessidade de reinterpretar ou aplicar normas que já não têm relevância ou aplicabilidade na sociedade atual, sobrecarregando o sistema judicial e administrativo.

No que se refere ao questionamento baseado no art. 9º, da Lei 14.133/2021, não se pode declarar que exista qualquer ato que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, uma vez que no momento da elaboração deste documento, já existem 03 (três) propostas tendentes a participar do processo licitatório.

Ainda em seus questionamentos, a empresa impugnante se refere ao quantitativo de impressões coloridas ou preto e brancas. É de suma importância destacar que não é possível mensurar a quantidade exata de cópias coloridas ou preto e brancas que um órgão irá utilizar durante o período de um ano, sendo sim condizente estabelecer uma possível quantidade de cópias de modo geral, exatamente da forma que foi estabelecido no edital de licitação.

Em relação aos valores das cópias excedentes, é importante destacar que se tratam de casos excepcionais. O cálculo desses valores seria realizado dividindo a quantidade de cópias pelo valor mensal unitário. Cabe ressaltar que, até o momento, já existem três propostas interessadas em participar do processo licitatório, indicando que o valor estipulado no edital é coerente e viável.

O Princípio da Economicidade é extrema importância na administração pública, pois seu intuito é a busca da minimização dos gastos públicos sem comprometer os padrões de qualidade, sendo assim a busca do menor preço com o melhor serviço, é o que se busca com este processo licitatório, onde o valor levantado pela empresa impugnante não atende a expectativa da Prefeitura de Novo Cruzeiro/MG.



# Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro

Av. Júlio Campos, 172 – Centro – Novo Cruzeiro – MG CEP 39820-000  
Telefone (0xx33) 3533-1200 CNPJ nº 18.404.889/0001-38

Sendo assim, após análise dos argumentos suscitados, chega-se à conclusão que não existe neste processo licitatório nada que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório. No que se refere a situação excepcional e possível utilização das copias excedentes, deve-se fazer o cálculo da quantidade de copias dividido pelo valor mensal do aluguel, valor este plausível, tendo em vista a existência de empresas interessadas a participar do certame.

### III – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estas breves razões julgo **IMPROCEDENTE** a presente impugnação apresentada pela empresa **MAK SOLUTIONS SISTEMAS DE IMPRESSÃO LTDA**, tendo em vista não assistir razão nos fundamentos apresentados.

Registra-se Publique-se Intime-se.

Novo Cruzeiro/MG, 24 de julho de 2024

Pregoeiro